



Este livro discute as implicações da introdução do princípio do desenvolvimento nacional sustentável na Lei nº 8.666/93, definindo seu alcance prático e os problemas para sua plena adoção. Aborda, com fundamentos do Direito, Economia, Filosofia, Sociologia e Física, além do estudo de casos e levantamento jurisprudencial, a dialética existente entre antigos e novos conceitos aplicados à licitação, acentuando as forças e deficiências de cada um, bem como afinidades e contradições.

O texto apresenta um estudo sobre o conceito de desenvolvimento desde suas primeiras formulações, até chegar naquela que o autor julga adequada à Constituição Federal de 1988. Em seguida, aprofunda-se no conceito de sustentabilidade, afirmando a necessidade de uma nova ética, atemporal e abrangente, condizente com os desafios sociais e econômicos do séc. XIX. Esses conceitos são fundamentais para a reformulação do princípio da eficiência administrativa.

O conceito de eficiência administrativa adotado é, para o autor, a base a partir da qual se recomenda um novo tratamento para as contratações no setor público, implicando substanciais alterações nos procedimentos licitatórios, desde a formulação dos orçamentos, passando pela caracterização do que seja “melhor proposta”, até o uso e consumo de bens e serviços de

forma sustentável. O autor aborda o alcance do poder privativo da União para legislar sobre normas gerais de licitações e contratos públicos e indica alternativas para as superações de lacunas legislativas regionais e locais por vezes utilizadas como argumento para não adoção de requisitos relativos à sustentabilidade como princípio de licitação, utilizando-se de diversos instrumentos analíticos, inclusive a análise econômica do direito.

Por fim, o livro coteja algumas experiências de outros países quanto à adoção de critérios de sustentabilidade e relativamente ao incentivo à compra de bens e serviços produzidos internamente, posicionando-se relativamente aos critérios adotados pelo Brasil.

*Autor*

**Rafael Vêras de Freitas**

## **EXPROPRIAÇÕES REGULATÓRIAS**

*Área específica*

Direito Administrativo.

*Áreas afins do livro*

Direito ambiental, direito constitucional, direito econômico, economia e filosofia.

*Público-alvo/ Consumidores da obra*

Advogados e operadores do direito administrativo, particularmente que trabalhem com licitações; empresas com foco no fornecimento para o setor público; servidores dos órgãos ligados a licitação; ambientalistas, empresários e economistas ligados a mercados voltados para a economia de baixo carbono; servidores do judiciário, membros da magistratura e do ministério público; professores de disciplinas com ênfase em educação ambiental, direito administrativo, constitucional, administração de recursos e logística; filósofos, sociólogos, cientistas políticos, jornalistas e demais operadores de ciências sociais; parlamentares.

*Prefácio*

Jessé Torres Pereira Junior

Formato: 14,5x21,5 cm

CÓDIGO: 10000972

Emery, Emerson Baldotto

E53d Desenvolvimento sustentável: Princípio da Eficiência em procedimentos licitatórios / Emerson Baldotto Emery; prefácio de Jessé Torres Pereira Junior. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

160 p.  
ISBN 978-85-450-0125-6

1. Direito administrativo. 2. Direito ambiental. 3. Direito constitucional. 4. Direito econômico.  
I. Pereira Junior, Jessé Torres. II. Título.

CDD: 341.3  
CDU: 342.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

EMERY, Emerson Baldotto. *Desenvolvimento sustentável: Princípio da Eficiência em procedimentos licitatórios*. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 160 p. ISBN 978-85-450-0125-6.

## SUMÁRIO

---

PREFÁCIO..... 11

### Capítulo 1

INTRODUÇÃO..... 21

### Capítulo 2

O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO..... 27

2.1 Desenvolvimento: um conceito da ciência econômica? ..... 28

2.2 Desenvolvimento, um conceito multidisciplinar – Incluindo  
a preocupação social e a ideia de liberdade..... 36

2.3 Desenvolvimento: a inclusão do meio ambiente..... 41

2.4 Um conceito de desenvolvimento compatível com a  
Constituição..... 60

### Capítulo 3

SUSTENTABILIDADE..... 67

3.1 O componente social da sustentabilidade..... 72

3.2 O componente ético da sustentabilidade..... 75

3.3 O componente ambiental da sustentabilidade..... 78

3.4 O componente político da sustentabilidade..... 80

3.5 O componente jurídico da sustentabilidade..... 83

3.6 Sustentabilidade..... 85

### Capítulo 4

O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA..... 87

4.1 O princípio da eficiência no direito brasileiro recente..... 96

4.2 A análise econômica do direito.....	102
4.3 Discricionarieidade e eficiência.....	110
4.4 Eficiência e a obrigatoriedade da licitação: dispensa e inexigibilidade.....	116

### **Capítulo 5**

O DESENVOLVIMENTO (NACIONAL) SUSTENTÁVEL COMO REQUISITO DA EFICIÊNCIA EM LICITAÇÕES.....	121
5.1 A nálise do Decreto Federal nº 7.746/12.....	124
5.2 A nálise da Resolução 976/2013 do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul.....	134
5.3 Padrões de sustentabilidade e eficiência – exemplos.....	137
5.4 A s fronteiras do desenvolvimento nacional sustentável.....	139

### **CAPÍTULO 6**

CONCLUSÃO.....	149
Referências.....	153